

Rodrigo José de Góis Queiroz

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: joserodrigois@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7433-4615>

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da memória da produção territorial da cidade de Mossoró (RN) sob o ponto de vista dos sujeitos sertanejos. A teoria geográfica é de fundamental importância para a compreensão da tensão entre as dimensões de dominação e apropriação, em que o espaço urbano surge como território de conflitos entre os sertanejos em suas ações de massa e as elites em seus processos de negociação. Em termos de metodologia, após um levantamento histórico sobre os sujeitos subalternos na produção territorial da cidade, fizemos uma análise de conteúdo das fontes jornalísticas para analisar o processo de migração e favelização nos anos 1990.

Palavras-chave: Território. Cidade Informal. Memória.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the territorial production of the city of Mossoró (RN) from the point of view of country persons. The geographical theory is fundamental to understanding the urban space as a territory of conflicts between sertanejos in their mass actions and the elites in their negotiation processes. This tension is relative the dimensions of domination and appropriation. In terms of methodology, after a historical survey of subaltern subjects in the territorial production of the city, we elaborate a content analysis of the journalistic sources to analyze the process of migration and slums in the 1990s.

Keywords: Territory. Informal City. Memory.

RESUMEN

En este trabajo se presenta un análisis de la memoria en la producción territorial de la ciudad de Mossoró (RN) desde el punto de vista de los sujetos sertanejos. La teoría geográfica es de primordial importancia para la comprensión de la tensión entre las medidas de la sujeción y apropiación, en que el espacio urbano apunta como un territorio de conflictos entre sertanejos en sus acciones de masas y las élites en sus procesos de negociación. En aspectos metodológicos, después de una encuesta histórica sobre los sujetos subalternos en la producción territorial de la ciudad, hacemos un análisis de contenido de las fuentes periodísticas para analizar el proceso de migración y surgimiento de barrios marginales en la década de 1990.

Palabras clave: Territorio. Ciudad Informal. Memoria.



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma contribuição da ciência geográfica no desvendar da prática social, especificamente através do resgate da memória dos sujeitos sertanejos subalternos no âmbito dos movimentos de deslocamento em períodos de seca na construção das ocupações irregulares na cidade de Mossoró-RN. Consideramos fundamental a utilização do conceito de território, entendido como campo de conflitos entre os projetos de dominação formulados pelas elites e as táticas de apropriação territorial dos sujeitos sertanejos.

Em termos metodológicos, após levantamento teórico e histórico sobre a produção da cidade informal em Mossoró, buscamos discutir os processos ocorridos nos anos 1990 através de pesquisa em fontes jornalísticas. Sobre a possibilidade de análise de conteúdo em fontes documentais como a jornalística, Mann (1979, p. 87) afirma: “[...] o conteúdo da comunicação é analisado por meio de categorias sistemáticas previamente determinadas”. Em nosso caso, através de rigoroso levantamento histórico e geográfico dos processos de produção do território, identificamos a necessidade de captar o ponto de vista daqueles reconhecidos como marginais.

Nessa perspectiva, estamos propondo aprofundar o entendimento sobre as trajetórias dos sujeitos sociais esquecidos no processo de urbanização, aqueles que procuraram a cidade em fuga dos problemas do campo ocupando espaços na perspectiva informal. Nessa empreitada, nossa fonte fundamental para tal análise foi o material jornalístico catalogado pelo memorialista do movimento de bairro de Mossoró, Sr. Manoel de Souza, bem como através de pesquisa direta nos arquivos do Museu Lauro da Escóssia em Mossoró.

Este artigo se organiza em três momentos. No primeiro, apresentamos as discussões relativas ao entendimento do conceito de território; em seguida buscamos compreender os processos que culminaram na explosão da cidade informal durante o terceiro quarto do século XX. Por fim, mediante a utilização de arquivos jornalísticos da década de 1990, expomos os inúmeros conflitos e dinâmica de negociação entre os sujeitos sertanejos e as elites locais na produção territorial.

2. TERRITÓRIO, RELAÇÕES DE PODER E MEMÓRIA

O processo de urbanização no Brasil apresenta uma complexidade de dinâmicas, entrelaçamentos, conflitos e contradições que tem despertado a atenção dos estudiosos do campo da ciência geográfica, tendo em vista as diferenciações e especificidades da urbanização em metrópoles, cidades médias e pequenas. Em nosso artigo, apresentamos uma análise sobre a produção da cidade informal através do resgate da memória dos sujeitos sertanejos nos seus



processos de deslocamento, em que trazemos à tona o conceito de território em uma dimensão relacional, definido como espaço de conflitos, no intuito de uma melhor compreensão das lutas sociais no processo de urbanização. Para tanto, acreditamos na necessidade de referenciar o entendimento categórico do espaço como relação, em contradição ao entendimento do espaço de forma absoluta (geométrico), incorporando, mas superando seu entendimento como substrato material e/ou suporte para as relações sociais.

Desse modo, em uma perspectiva relacional, o espaço existe em relação com a sociedade, como um ente que é produto da sociedade, mas retorna sobre a mesma como uma abstração concreta¹. Tradicionalmente ligada à visão matemática, o espaço foi analisado apenas pela noção de tamanho, ambiente construído e substrato material, ao passo que contemporaneamente as análises econômico-técnicas o compreendem apenas como reflexo das estruturas. Nesse sentido, compreendendo a centralidade do conceito de espaço no interior da ciência geográfica, conceituamos o território como dimensão espacial do poder, buscando compreender as articulações econômicas, políticas e culturais em suas diversas escalas entre a ordem próxima e distante.

Em seu livro “Por uma Geografia do poder”, Raffestin (1993) apresenta sua concepção de produção territorial numa perspectiva relacional, desmistificando as leituras naturalizantes do processo social que negam as relações de poder e conflitos entre diferentes atores sociais. Em suas palavras: “O território [...] não poderia ser nada mais que produto de atores sociais. [...]. Há portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Na esteira dessa proposta, em uma leitura contemporânea, para Haesbaert (2007, p. 20), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.” Apoiado na leitura de Lefebvre², o autor distingue apropriação de dominação, o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

No âmbito das relações de poder, devemos atentar para a produção territorial “de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas,

¹ Por abstração concreta, Damiani (2008) compreende que seria a redução da vida propiciada pelo fetichismo da mercadoria. Como uma fantasmagoria do ter e parecer, ao invés do ser, o sujeito que produz a própria realidade social é amputado da condição de sujeito e vira objeto da manipulação social.

² Para Lefebvre (2013), as representações do espaço (ou espaço concebido), permeadas pelo poder de dominação, ligadas a dimensão econômico-política, do Estado e do mercado, procuram dominar os espaços de representação (ou espaço vivido), por sua vez ligado à memória coletiva e/ou individual de um conjunto de sujeitos em busca da apropriação através da resistência social.



instituições como a Igreja etc” (HAESBAERT, 2014, p. 59). Destarte, no tocante aos conflitos e contradições entre a dominação e apropriação, “o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos” (Ibidem, p. 59). Dessa forma, o autor afirma que podemos distinguir lógicas de territorialização, no sentido político-econômico de dominação ou no sentido mais político-cultural de apropriação.

Trata-se da busca pela superação da dicotomia entre o material e as representações, em busca dos poderes invisíveis que fazem parte do território, “envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico” (HAESBAERT, 2007, p. 42). Para o autor, como relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade, abrindo possibilidades para o resgate da memória dos sujeitos subalternos na produção e apropriação do território. Nesse sentido, buscando dar visibilidade a estes sujeitos vencidos, procuramos trazer à tona seu ponto de vista, pois como alerta Martins (1992, p.19): “a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos”.

Nesse contexto, buscamos o entendimento do conceito de território em uma dimensão relacional, como espaço de conflitos mediado por relações de poder, no intuito de uma melhor compreensão das lutas sociais, bem como elemento profícuo para um aprofundamento do entendimento da constituição de ativismos e movimentos sociais. Nas palavras de Haesbaert (2007, p. 93), “O território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder.” Em outra obra, Haesbaert (2014, p.29) acrescenta: “[...] território discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço”.

Nas palavras de Haesbaert (2014, p. 90): “Território, neste debate, não é apenas uma questão de Estado. Na América latina, hoje, podemos afirmar, (re)territorializa-se é uma estratégia política de transformação social de grupos subalternos”. Para este autor, as relações de poder e os conflitos sociais associados às lutas de grupos subalternos na América Latina, “[...] dizem respeito, sobretudo, a uma partilha mais igualitária da terra, na recomposição dos direitos de grupos como os sem-terra, os sem-teto e ‘minorias culturais’ (indígenas [e quilombolas], por exemplo)” (Ibidem, p. 90). Essas lutas, aludem a constituição de sujeitos sociais protagonistas na produção territorial.

Ademais, para Harvey (2012), um filósofo que apresenta grande contribuição ao debate sobre a dimensão relacional do espaço é Walter Benjamin, pois articula a dimensão do entendimento da memória como um resgate do ponto de vista dos vencidos. Em sua argumentação, o autor afirma que o conceito de memória de Benjamin tem uma potencialidade de revelar novas



possibilidades em momentos de crise, pois: “A memória coletiva [...] pode desempenhar um papel significativo na animação dos movimentos políticos e sociais” (HARVEY, 2012, p. 26). No âmbito da relação entre espaço relacional e movimentos sociais como sujeito político, Harvey (2012, p. 26) destaca que: “A criação de um ‘espaço de esperança’ [...] requer que a memória seja internalizada, ao mesmo tempo em que caminhos são deixados abertos para a expressão do desejo.”

A proposta de leitura da produção do território pelo ponto de vista dos vencidos abre caminho para pensar a imaginação geográfica na teoria do território relacional, negando os conceitualismos apriorísticos desconectados da realidade, no caminho de uma geografia crítica conectada com a experiência dos sujeitos políticos subalternos. Assim, trazemos à tona as possibilidades de resgate da memória da classe oprimida através da visibilidade de sua espacialidade vivida, apresentando os elementos de criatividade e reinvenção política na construção do território nas fissuras da modernidade.

Nesse sentido, a narrativa benjaminiana faz uma leitura crítica da modernidade, buscando reapresentar os sujeitos invisibilizados no processo histórico de dominação, aqueles que ele denomina como vencidos. Benjamin exclama contra a homogeneização da sociedade pela modernidade, propondo um resgate da memória: “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] O passado dirige um apelo” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Com isso, de acordo com Benjamin (1994), fica claro que a tradição dos oprimidos não tem registro, se abrindo o campo de estudos no intuito de trazer à tona o ponto de vista dos vencidos, ou seja, aqueles invisibilizados pela história oficial. Para Lowy (2005, p. 74), a expressão de Benjamin “escovar a História a contrapelo” significa “ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos”.³ Sendo assim, para Lowy (2005), o resgate da memória do ponto de vista dos vencidos diz respeito a história das classes oprimidas no geral⁴, não apenas os operários, mas as mulheres, os camponeses sem terra, os desempregados e sem-teto, os indígenas, os curdos, os negros, as minorias sexuais e etc.

Na esteira dessa leitura, Lowy (2005) propõe a aplicação do método de Walter Benjamin para pensar os movimentos sociais na América Latina, surgindo uma possibilidade muito rica de pensar a resistência das classes oprimidas através do resgate da memória de construção do território do ponto de vista dos sujeitos subalternos. Em uma perspectiva dialética, não apenas as forças econômicas promovem a produção do território, mas também os movimentos sociais, consubstanciando uma leitura da luta de classes na produção do território no sentido da resistência

³ Para Matos (2009), a proposta de Benjamin de “escovar a história a contrapelo” faz parte de sua crítica da história dos vencedores, na busca de escapar da perspectiva abstrata de entendimento da história como veredicto do vencedor.

⁴ “As noções de burguesia e proletariado, praticamente ausentes de suas reflexões, Benjamin prefere os excluídos” (MATOS, 2009, p. 19).



aos projetos de modernização. Assim, o resgate do ponto de vista dos vencidos como uma dimensão subversiva de recuperação da memória dos mártires, “[...] só tem sentido quando se torna uma fonte de energia moral e espiritual para aqueles que lutam hoje” (LOWY, 2005, p. 111).

Em nossa proposta, através do método dialético, priorizamos uma investigação da experiência sertaneja no Nordeste brasileiro, não como uma totalidade externa ao contexto, cheia de determinações *a priori*, mas buscando o entendimento da realidade vivida por aqueles sujeitos⁵. Procuramos compreender a produção do território em um sentido amplo, a partir das relações de poder no interior de uma geografia de conflitos. De todo modo, o fenômeno das secas assolando os pobres sem-terra do sertão não diz respeito apenas ao fenômeno físico-climático, mas também a história de produção do latifúndio no Brasil, que em todo processo de colonização desenraizou esses sujeitos e consolidou as desigualdades sociais e territoriais.

O racionalismo moderno como uma resposta no interior da forma da mercadoria, provoca um esquecimento proposital da história de suor e sangue na produção do território pelos sujeitos subalternos, abstraindo das particularidades, valorizando apenas o quantificável. Por outro lado, acreditamos que se faz necessária uma reconstrução da memória social da produção do território e de seus sujeitos. No caso de Mossoró, a consolidação do latifúndio no espaço rural do sertão semiárido em conjunto com as estiagens periódicas provocam os deslocamentos de sertanejos, que somadas à indústria da seca⁶ tornam o processo eminentemente social, evidenciando o “[...] drama humano e social que a geografia, refletindo sobre a população, aspira alcançar.” (DAMIANI, 2002, p. 8).

Nosso recorte histórico contempla o crescimento da cidade informal⁷ com o deslocamento de sertanejos durante os anos de 1960-1998, contudo, nos reportamos a grande seca de 1877, bem como as ações de massa que foram constituindo o crescimento populacional da cidade, quando acreditamos apresentar elementos para o entendimento de um ponto de vista sertanejo da produção territorial da cidade. Pela impossibilidade de quantificação das experiências vividas, transformadas em memórias, busca-se uma compreensão dialética e relacional das representações vividas pelos sujeitos na produção da cidade informal através das fontes de recortes jornalísticos.

⁵“Ir além da empiria só pode significar, ao contrário, que os objetos da própria empiria são apreendidos e compreendidos como aspectos da totalidade, isto é, como aspectos de toda a sociedade em transformação histórica” (LUKACS, 2012, p. 330).

⁶Do ponto de vista da abordagem política: Espaço dos coronéis, da oligarquia latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político. Ver: Castro (1992).

⁷Cidade informal diz respeito as formas de moradia predominantemente precárias (PEQUENO, 2010).



3. ELEMENTOS DA PRODUÇÃO TERRITORIAL URBANA EM MOSSORÓ SOB O PONTO DE VISTA SERTANEJO

Revisitando o processo de urbanização, observamos que na década de 1960 se intensificam os deslocamentos do campo para a cidade, motivados pelas desigualdades no acesso à terra devido ao histórico processo de colonização, somado as dificuldades que os sertanejos agregados aos latifúndios encontravam com a agricultura de subsistência nos períodos de seca. Mossoró aparecia como opção para os migrantes, já que existiam postos de trabalho na indústria do sal e na agroindústria, em especial do algodão. Naquela década observava-se uma tendência na urbanização brasileira na qual as cidades de porte médio com características de centro regional já despontavam.

Nesta década, o ambiente construído da cidade tem forte crescimento em direção à periferia, com destaque para os locais de moradia dos trabalhadores do sal em bairros ao norte do Centro, em particular o hoje denominado Santo Antônio, caracterizado pelas condições precárias de moradia⁸. Tal situação se agrava pela crise na indústria salineira e nas agroindústrias entre anos 1960 - 1970, que empregava um grande contingente de migrantes do espaço rural que haviam se tornado força de trabalho. Deste modo, a cidade havia se tornado uma área de tensões sociais com as ocupações de terrenos periféricos para moradia pelo grande contingente de desempregados e retirantes da seca que se encontravam na cidade.

Nesse momento, observando o contexto da produção da cidade informal por meio dos retirantes da seca, cabe tomar nota da argumentação de Neves (2000) em sua narrativa sobre a constituição do *sujeito político sertanejo* nas experiências acumuladas com ações de saques nos períodos de seca no sertão semiárido⁹, na qual afirma que os retirantes imprimiram novas formas de negociação com as elites locais através da pressão contra a propriedade privada. O autor afirma que, contudo, a tradição de análise dos movimentos sociais brasileiros não dá atenção aos processos de rebeldia espontâneos, como aqueles de saque feito pelos sertanejos, entendendo-os como pré-políticos.

Em um resgate histórico, no que diz respeito à seca de 1877 em Mossoró, Neves (2000, p. 27) argumenta que a cidade que possuía em torno de 4.000 habitantes no ano de 1878, recebe cerca de 32.000 retirantes que passam a perambular pelas ruas, pedindo esmolas, ocupando as áreas públicas, “[...] agredindo a sensibilidade da elite urbana local”. No relato de Cascudo sobre a seca de 1877 em Mossoró é ressaltado o estado lamentável dos “flagelados” e indigentes da seca, que vinham da Paraíba e Ceará. Em suas palavras:

⁸ Ver: Felipe (1988); Rocha (2005); Pinheiro (2006).

⁹ Nos anos de 1877-80, 1888-89, 1903, 1915, 1932, 1942-3, 1951-3, 1957-9, 1970-1, 1978-83, 1993-94 e 1998 – Ver: Neves (2000).



A seca sacode para a cidade uma multidão das províncias vizinhas da Paraíba e Ceará. A câmara oficial ao Presidente da Província a 16 de agosto de 1877 anunciando a presença de febres intermitentes e biliosas gastroenterites, angina de diversos grãos e enterites ulcerosas [...] a 4 de março de 1878 [...] são tristes e lamentáveis as circunstâncias em que se acha a população indigente desta cidade, superior a quarenta mil (40.000) emigrantes de diversas províncias, aqui chegados, quase que por um milagre – nus, famintos e afetados de inchação das extremidades inferiores. [...]. A maior parte dessa gente não encontrando um teto que lhe sirva de abrigo passa os dias e as noites expostas às intempéries do tempo ao sol e ao relento, donde resulta principalmente a espantosa mortalidade que atinge 40 pessoas ao dia (CASCUDO, 2010, p. 136).

Trata-se da ação desesperada de uma população marcada pela desigualdade no acesso à terra desde o processo de colonização, que encontrava subsistência apenas no trabalho com a terra como agregados, mas que com as secas viu inviabilizado seu próprio sustento e de suas famílias tendo de migrar para as cidades. No ano de 1879 as agruras do sertanejo e de suas famílias continuavam a caracterizar o cenário local, ampliando o número de “flagelados” na cidade: “Mossoró foi à cidade acolhedora dos indigentes de 1877-80. Não apenas 40.000, mas 70.000 abrigaram-se na proteção de outubro de 1879.” (CASCUDO, 2010, p. 140).

De todo modo, de acordo com Felipe (1982, p. 55), a seca de 1877 já encontrou Mossoró como uma centralidade regional, “portanto, como o lugar da concentração das alternativas de sobrevivência. Ela trouxe um contingente enorme de flagelados, que vinham buscar sua subsistência na cidade mais rica da região.” De acordo com Maciel (2013), durante a seca dos anos 1877-78 a cidade conseguiu, contraditoriamente, através do trabalho do retirante, impulsionar seu comércio, bem como a construção e melhoramento de equipamentos públicos.

Contudo, nem toda força de trabalho sobreviveu para ser explorada nas obras dos socorros públicos, configurando uma geografia do drama humano. Falcão (2009, p. 168) apresenta documento do presidente da província do Rio Grande do Norte em 1879 sobre o sepultamento de 31 mil pessoas no cemitério público, em suas palavras, “sem perigo de erro”, bem como mais 5 mil que foram enterradas fora do cemitério.

O processo de luta e apropriação do espaço pelos subalternos em Mossoró continua no ano de 1881, quando casas feitas de barro e palha foram destruídas ao redor da igreja de Santa Luzia, bem como as casas de lata que ficavam ao lado do rio. Nas palavras de Raimundo Nonato da Silva “a partir de 1881, a Câmara Municipal de Mossoró mandou desapropriar e destruir os casebres que afeiavam a cidade.” (SILVA, 1975, p. 26). Trata-se de um conflito entre dominação e apropriação na produção do território urbano. Por um lado, a apropriação do espaço por meio de ocupações, chamadas por eles mesmos de invasões, bem como ações espontâneas de saque ao comércio em



momentos de fome extrema, por outro, a dominação da articulação coronelista com o governo central, ao reverter as pressões dos “flagelados” em obras de melhorias do espaço urbano.

De todo modo, com a seca de 1877 formam-se os primeiros bairros subalternos da cidade, com a formação dos Paredões e Alto do Pão Doce (atual Bom Jardim) ao norte, bem como Alto dos Macacos (atual Alto da Conceição) ao sul. No alto do Pão-Doce, por exemplo, durante as secas de 1877-1879 foi construído um abrigo “para recolhimento dos variolosos, enquanto esperavam a hora final” (SILVA, 1975, p. 34). No âmbito dos códigos de postura de 1881 e 1888, observa-se que os mesmos traziam certo receio com o “crime” por parte dos “flagelados” da seca que perambulavam pela cidade.

Por outro lado, a seca de 1903 foi um barril de pólvora na cidade, devido à crise da indústria salineira relacionada às negociações acerca do pagamento de impostos por parte da companhia de sal e navegação, sediada no Rio de Janeiro, ao governo local. Naquele ano, foi registrada a ocorrência de tensões no espaço urbano da cidade por meio de manifestações públicas, que reuniram mais de 1000 operários das salinas dentre outros migrantes desempregados, pressionando contra a fome e a situação de miséria propiciada pela seca e falta de emprego na cidade. Ademais, os salineiros conseguiram reverter à pressão pública exercida pelos desempregados e operários em benefício próprio, obtendo melhores contratos para as indústrias salineiras, com a contrapartida de absorver os desempregados em suas empresas.¹⁰

De todo modo, retomando o contexto dos anos 1970, faz-se salutar observar a relação de (re)produção do espaço urbano com suas normas e tramas de dominação em contextos de seca, bem como dos processos de resistência e apropriação realizados pela população retirante em seu drama social. Não seria diferente na segunda metade do século XX na cidade de Mossoró, com a expansão nunca vista da população urbana da cidade. O Jornal Gazeta do Oeste (1998) relembra as inúmeras contradições e conflitos no espaço urbano de Mossoró nos anos 1970, afirmando que em 1979 ocorreram saques no centro da cidade realizados por agricultores pobres: “os agricultores exigiam comida e um plano de emergência. Não sendo atendidos pelo governo, resolveram saquear o Mercado Público Central de Mossoró, bem como a central de abastecimento de alimentos - COBAL.” (GAZETA DO OESTE, 19 de abril de 1998).

Em nossa visão, as ações espontâneas de saque e pressão contra a propriedade privada impõe a necessidade de análise destes sertanejos como sujeito político, surgindo uma crítica para aqueles que os analisam sob o ponto de vista das elites apenas como uma mão de obra barata. De acordo com Neves (2000), as ações desde o final do século XIX até a seca de 1958 consolidaram a

¹⁰ Ver: Maciel (2013) em sua argumentação sobre a (re) produção do espaço social de Mossoró nas secas de 1877, 1903, 1915.



tradição de saques e ações de massa como forma de pressão contra a propriedade privada. Como ressalta o autor, esta tradição se tornou contemporânea de outros movimentos sociais no campo em gestação, como as ligas camponesas, o que causava certo pavor às elites em transição de um capitalismo baseado na propriedade rural para um capitalismo ancorado em investimentos urbanos em comércio, serviços e industrialização.

O discurso oficial apresenta sua versão de que as desigualdades no sertão se dão devido ao quadro natural, negando as dimensões de dominação política. Como se sabe, traçando a geografia das relações políticas no sertão, é possível elencar os elementos históricos de dominação política e econômica desde o processo de colonização. O sertão semiárido tem como característica territorial a formação do latifúndio desde o processo de colonização, com a doação de terras pelas capitâneas hereditárias para “grão senhores” colonizadores através das sesmarias. Contraditoriamente, a análise crítica ressalta o caráter de subalternidade dos sujeitos políticos sertanejos, que em uma perspectiva hereditária de longa duração¹¹ foram desenraizados da terra para a formação do latifúndio. Esses sujeitos chegam na cidade de Mossoró na década de 1970 e encontram desemprego em massa.

Sobre a década de 1970, Brito (1987, p. 66) alerta para um expressivo crescimento do setor informal da economia, aqueles abaixo da subsistência: “um expressivo contingente de biscateiros, ambulantes e inúmeras outras ocupações mal definidas, originadas como formas de escapar do desemprego absoluto.” Deste modo, com a crise econômica, a cidade havia se tornado uma área de tensões sociais com as ocupações de terrenos periféricos para moradia pelo grande contingente de desempregados e retirantes da seca que se encontravam na cidade. Tal situação deixou claro o processo de “formação de favelas pelo exército de desempregados das agroindústrias e das salinas, como também da população rural assolada pelas secas.” (PINHEIRO, 2006, p. 104).

Nesse contexto, as autoridades governamentais acionaram políticas públicas visando controlar os conflitos, utilizando de velhas formas de dominação, mediante criação de empregos gerados pelos serviços públicos (FELIPE, 1982). No ano de 1979, grande parte dos retirantes e desempregados em geral que ameaçavam a realização de saques na cidade (Figura 1) foram empregados com o crescimento do setor de construção civil¹², tanto na construção dos prédios públicos como na construção dos conjuntos habitacionais (Figura 2).

¹¹ “[...]. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes.” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

¹² Ver: Felipe (1988); Rocha (2005); Pinheiro (2006).

**Figura 1:** O Mossoroense, 21/04/1979.**Figura 2:** O Mossoroense, 25/04/1979

Fonte: Arquivo do Museu Municipal de Mossoró.

Desse modo, vislumbramos que a década de 1970 é marcada pela consolidação de Mossoró como centro regional, na medida em que passou a ser alvo de programas nacionais de desenvolvimento urbano, sendo incluída no Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano para Cidades de Porte Médio. Nas palavras de Felipe (1982, p. 122): o “boom de investimentos urbanos para obras de infraestrutura começa com o programa de cidades de porte médio que de 1975 em diante começa a dar um banho de asfalto na cidade”. Com isso, a Prefeitura Municipal formulou o Plano de Organização do Espaço Urbano de Mossoró (POEUM) em 1974, tendo em vista a abertura de portas para os recursos federais que estavam destinados às cidades de porte médio. Nesse período, amparado nas diretrizes do Plano Diretor, as políticas públicas ligadas à habitação social ocuparam o norte da cidade, com três conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-RN, o Abolição 1, 2 e 3, com 2.076 casas.

De todo modo, com a extinção do BNH em 1986, chama atenção a precariedade dos programas habitacionais realizados durante a década de 1990. No plano nacional, observa-se a municipalização da política urbana a partir da constituição de 1988 somado ao desmonte do Estado nacional interventor na década de 1990 (ARAÚJO, 2000). Sobre as políticas neoliberais dos anos 1990, Araújo (2000, p. 355) afirma: “Portanto, a crise do Estado está tendo um poder fantástico de corrosão dos aparatos de funcionamento das políticas sociais.” Nessa mesma linha de raciocínio, debatendo sobre a política econômica da década de 1990, Santos (2007) argumenta sobre a emergência do neoliberalismo e a persistência de uma cidadania atrofiada no Brasil, em que os pobres não têm acesso aos bens e serviços mínimos para uma existência digna.

Nesse sentido, no plano local, durante a década de 1990, sobressaiu a precariedade das condições de moradia, ampliando significativamente o contingente de favelização, implicando em tensões territoriais em torno dos direitos ao acesso à moradia em contradição com a propriedade



privada. No tocante à problemática da moradia em Mossoró na década de 1990, Elias e Pequeno (2010, p. 245) afirmam: “[...] a favelização passou a predominar como alternativa para provisão habitacional por parte das classes sociais menos favorecidas. Desde então, as áreas de favelas passaram por processo de adensamento [...]”.¹³

4. SUJEITO SERTANEJO NA PRODUÇÃO DA CIDADE INFORMAL (1991-1998)

A década de 1990 do ponto de vista dos programas habitacionais não sinalizava soluções, como já alertava o documento preparado pela assembleia final do I Encontro de Lideranças comunitárias da Federação Estadual dos Conselhos Comunitários - FECEB - RN na data de 08 de setembro de 1991. No relatório da FECEB - RN (1991) era alertado sobre a alarmante situação da favelização da cidade de Mossoró, afirmando: “a migração em massa, da população pobre da zona rural, os expulsos da terra, sob a condição não desejada de ‘errantes da terra’ para as áreas urbanas, tem sido criada a cada instante, um imenso barril de pólvora.” E ainda diz mais: “A falta do incentivo ao homem humilde do campo, vem causando os desalentos e os profundos efeitos negativos, no seio da população mais carente e, que, num desespero desengañador, como um desgarrado, o homem-família, chega à zona urbana.” (FECEB – RN, 1991).

Fica claro que a situação de aumento do déficit habitacional e de inadequação domiciliar vinha sendo alertada, indicando os problemas relativos ao deslocamento em massa de uma população rural pobre para a cidade de Mossoró. No caso, estes problemas encontram-se vinculados às condições de monopolização da estrutura agrária nos municípios do entorno os quais já vinham experimentando a dinâmica do agronegócio da fruticultura irrigada. O mesmo documento aponta que: “os trabalhadores continuam sendo expulsos do campo e jogados nas periferias das cidades em condições de vida extremamente precárias e sem poderem adquirir um teto, já que os programas habitacionais do governo são inacessíveis.” (FECEB – RN, 1991).

Naquele momento, foi apresentado um levantamento do próprio movimento de bairro que indicava a existência de vinte favelas na cidade¹⁴, um número em crescimento, pensando na década de 1980, como argumentava o próprio movimento. De todo modo, as expectativas aludidas se concretizaram pensando as inúmeras interfaces do problema habitacional naquele período, tendo em

¹³ De acordo com informações da secretária de Desenvolvimento Territorial do município, em 1997 havia 32 favelas reconhecidas pela prefeitura local. Fonte: Revista da Prefeitura de Mossoró, 2004.

¹⁴ Relação de favelas município - FECEB - RN, 1991: 1 - Ouro Negro; 2 - Iraque; 3 - Flores do Alto de São Manuel; 4 - Batalhão; 5 - Santo Antônio; 6 - Malvinas; 7 - 30 de Setembro; 8 - Macarrão; 9 - Abolição III; 10 - Estrada da Raiz; 11 - Independência; 12 - Redenção I; 13 - Redenção II; 14 - Carnaubal; 15 - Carnaubal; 16 - Teimosos; 17 - Abolição IV; 18 - Belo Horizonte; 19 - Forno Velho; 20 - Barrocas. Fonte: Arquivo Manuel de Souza, memorialista do movimento de bairro de Mossoró.



vista a diminuta intervenção da esfera federal em comparação com os investimentos nas décadas anteriores, somado ao aumento do fluxo migratório do campo para a cidade. Tal situação foi levada ao extremo durante a ocupação das casas do “Conjunto 30 de Setembro” (Conjunto Vingt Rosado) em fevereiro de 1992, antes mesmo que as unidades habitacionais fossem entregues às famílias beneficiárias.

Em 14 de fevereiro de 1992, o Jornal Gazeta do Oeste afirmava: “Favelados das Malvinas, Teimosos e Pintos ocuparam o conjunto 30 de setembro. [...] um aparato policial foi lá. [...] Barracos derrubados, favelados agredidos, prisões, ameaças, tensão permanente.” Um clima de tensão tomou conta do espaço urbano de Mossoró, pois os conflitos e lutas pela *apropriação* do espaço por parte daqueles sujeitos subalternos ficaram evidentes, em algum sentido, assustando as elites e grandes proprietários. Estes ficaram alarmados pela força de pressão e negociação gerada pela ação dos “favelados”, como já havia ocorrido em outros momentos de seca. A partir desta ação, foi organizada uma mesa de negociação da qual tomaram parte os acampados e a prefeita na época, Rosalba Ciarline, com a presença de representantes da universidade e dos movimentos de bairro. Esta terminou com uma proposta de realização de um cadastro habitacional na cidade.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal e o Governo Estadual entram em consonância na produção da habitação de interesse social buscando atacar a problemática da ocupação irregular de terrenos e a produção da favelização. Foi relatado no Jornal Gazeta do Oeste em 29 de setembro de 1992 que tal proposta de erradicar as favelas do município não surtiu efeito desejado, pois: “novas favelas estão surgindo, montadas por dezenas de famílias que não têm para onde ir. São na maioria da zona rural do município, vítimas da seca. Estão chegando a cidade com o sonho de construir uma vida melhor.” As figuras 3 e 4 revelam a forma como a expansão do processo de favelização nos primeiros anos da década de 1990 foi apresentada pela imprensa junto à sociedade local.

Figura 3: Gazeta do Oeste, 12/11/1992



Figura 4: Gazeta do Oeste, 22/04/1994



Fonte: Arquivo do Movimento de Bairro.



Novamente, velhas soluções foram encontradas pelas elites locais, como a incorporação da força de trabalho excedente nas obras públicas, num contexto em que se falava da existência de trinta a quarenta mil trabalhadores desempregados na cidade¹⁵. Destaca-se que essa medida se associa à mudança no grupo político da Prefeitura Municipal, que passou a apresentar esse novo velho discurso, em contraposição ao grupo antigo¹⁶. De todo modo, a problemática das desigualdades socioespaciais na cidade se apresentava de forma alarmante, permanecendo visível na paisagem urbana de Mossoró por toda a década de 1990. Na época, inúmeras famílias chegavam da zona rural e ocupavam as inúmeras praças do centro da cidade, aproveitando a sombra de árvores para se resguardar do sol intenso¹⁷.

No que diz respeito às ações empreendidas pela “multidão” de migrantes, o Jornal Gazeta do Oeste, em 27 de março de 1993, informava sobre o acampamento que inúmeras famílias de “flagelados” faziam na sede da Prefeitura Municipal em busca de comida. Os retirantes reclamavam que já não comiam nada há dias e pediam uma solução para esse grave problema. Posteriormente, em 06 de abril de 1993, o mesmo jornal alertou para o clima de tumulto e a realização de saques ocorridos durante a distribuição de alimentos realizada pela prefeitura nas favelas da cidade¹⁸.

Ações empreendidas espontaneamente como tática de sobrevivência pelos retirantes como a mendicância e a presença dos mesmos nos espaços públicos, bem como as ações de saque, tencionaram a opinião pública. Moldada pelas elites locais, a sociedade passou a apresentar críticas ao poder público que não conseguia enfrentar tal problemática. Fato marcante foi a população do Conjunto Habitacional Santa Delmira (produzido pela COHAB) abandonar suas residências, devido a construção do Conjunto Residencial Popular Parque das Rosas pela Prefeitura Municipal para atender aos favelados instalados nas bordas do Conjunto Habitacional Abolição III¹⁹.

O posicionamento da universidade como agente importante no entendimento do contexto vivenciado na cidade, se deu com a apresentação de um estudo sobre o processo de favelização para

¹⁵ “Quantos desempregados há em Mossoró? Fala-se em 30 mil, outros dizem que são 40 mil. São muitos. Milhares deles que, diante dessa recessão brutal, são as vítimas maiores dessa injustiça social sem precedentes na história do Brasil.” (O MOSSOROENSE, 05 de fevereiro de 1993).

¹⁶ “A oposição à família dos Rosado é feita pelos próprios Rosados” (CONGRESSO EM FOCO, 05/04/2011). Ver: Felipe (2001).

¹⁷ Na Gazeta do Oeste, 02 de junho de 1993, afirmava: “A mendicância no centro da cidade é um problema antigo [...]. A situação de miséria que atinge a população mais carente é a causadora direta do “surto” de indignação que vem assustando o mossoroense.” Em outra data, o Jornal Gazeta do Oeste, 08 de abril de 1994, afirmava: “Debaixo de chuva e sol. Assim vive – a exemplo de inúmeras outras famílias carentes – o desemprego do Francisco Ribeiro da Silva, natural de Patos – PB, 39. Com a esposa e mais 8 filhos menores, a família de Seu Francisco está instalada na Rua Felipe Camarão, próximo do terminal rodoviário.”

¹⁸ “[...] batalhões de famintos tentavam fazer arrastões nos armazéns ambulantes” (GAZETA DO OESTE, 6 de abril de 1993).

¹⁹ “A população se sente ameaçada com a presença dos favelados que, segundo alguns reclamantes, estão construindo um cinturão de miséria em torno do Santa Delmira.” (GAZETA DO OESTE, 23 de abril de 1993).



a formação do Comitê contra a Miséria e a Fome. Naquele momento foi diagnosticada a existência de 42 favelas, um número mais expressivo que aquele apresentado três anos antes pelo movimento de bairro²⁰.

Como se pode perceber, o início dos anos 1990 apresentou alguns desafios relativos ao problema habitacional da cidade, como os escassos recursos investidos pelo poder público e a própria seca entre os anos de 1993-94. Por outro lado, evidencia-se intensa contradição no espaço urbano de Mossoró, um território de conflitos entre os poderes constituídos, em sua busca pela defesa da propriedade privada, e os migrantes subalternos, que procuravam se apropriar do espaço urbano como tática desesperada, tendo que enfrentar ao mesmo tempo o drama da fome e da falta de habitação.

Em outro momento, na sequência dos anos 1990, uma nova seca (1997-98) acirrou ainda mais as contradições do espaço urbano²¹, alertando as autoridades locais para a ocupação de terrenos públicos por parte da grande leva de migrantes que procuravam a cidade naqueles anos²², expondo as trajetórias coletivas do trabalhador camponês que convivia com a seca nas áreas rurais. Entretanto, não faltavam recursos hídricos para a economia em expansão no âmbito da região produtiva do agronegócio sediada em Mossoró e nos demais municípios do entorno²³.

No ano de 1998 as desigualdades socioespaciais se tornaram estopim de conflitos entre a dominação e a apropriação, com a realização de ação direta por parte dos retirantes contra os problemas de habitação e a fome, como a ocupação dos terrenos públicos ampliando o processo de favelização, bem como manifestações na Prefeitura Municipal e até mesmo a realização de saques contra o comércio local. Vale destacar as manifestações realizadas pelos sujeitos subalternos na Prefeitura Municipal em diversas ocasiões nesse ano. No dia 9 de maio de 1998, foram realizados saques ao comércio em dois pontos da cidade. Todavia, estas foram contidas pela polícia, sob o argumento de ataque à propriedade privada²⁴ (Figura 5).

Tais ações foram destacadas pelo governo do Estado, analisando não apenas os fatos ocorridos na cidade de Mossoró, mas justamente a onda de saques que vinha ocorrendo nos

²⁰ “A reitora da URRN, Maria das Neves Gurgel, informou que até o momento foram castradas 42 favelas. O trabalho serve para o comitê contra miséria e a fome.” (GAZETA DO OESTE, 29 de setembro de 1994).

²¹ “O êxodo rural, agindo em conjunto com o índice exorbitante de desemprego, favorecem o surgimento de casebres de taipa em todas as áreas de Mossoró.” (O MOSSOROENSE, 6 de junho de 1997).

²² “As invasões desses terrenos são uma constante.” (GAZETA DO OESTE, 25 de julho de 1997).

²³ Ver: Elias e Pequeno (2010).

²⁴ “Mossoró viveu ontem um dia de muita agitação, principalmente no setor comercial, e que, favelados de diversos pontos se reuniram com o intuito de saquear o comércio, imitando a atitude de vários agricultores que estão passando fome no sertão nordestino e que estão efetuando saques nos depósitos de alimentos. Tentativa II: cerca de duzentos favelados se concentraram na Av. Presidente Dutra. Outra tentativa de saque foi organizada na zona leste de Mossoró, mais precisamente na Av. Presidente Dutra.” (GAZETA DO OESTE, 9 de maio de 1998).



municípios castigados pela seca²⁵. Naquele período o governo estadual insinuou a existência de grupos políticos partidários infiltrados nos movimentos de trabalhadores rurais contra a fome, demonstrando preocupação com o poder de pressão dos migrantes rurais em luta pela apropriação do espaço urbano da cidade (Figura 6).

Figura 5: Gazeta do Oeste, 09/05/1998.



Figura 6: Gazeta do Oeste, 10/05/1998.



Fonte:

Arquivo do Movimento de Bairro.

Fato é que as ações empreendidas pelos movimentos espontâneos de sertanejos no decorrer da década de 1990 na cidade de Mossoró chegaram a ampliar as contradições, expondo-as na paisagem urbana. Contudo, elas não conseguiram diminuir as desigualdades do processo de urbanização. Em certo sentido, as mesmas trouxeram à tona, através da pressão contra a propriedade privada, a problemática da habitação e da fome vivenciada naquele momento, bem como as interfaces dos problemas rurais com os problemas urbanos no trágico e histórico contexto de expansão do latifúndio e crise hídrica no semiárido nordestino.

Pode-se aludir que as propostas habitacionais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal nos anos subsequentes tiveram total ligação com a pressão exercida pelas ações de massa sertaneja durante os anos 1990, naquilo que Neves (2000) denominou de experiência de negociação desenvolvida durante todo o século XX. Nesse sentido, a exposição das contradições vividas no espaço urbano mossoroense contribui com o entendimento profundo do processo de favelização na cidade. Tendo em vista outras possibilidades de observação destas contradições, para além das análises quantitativas, econômicas e institucionais. Procuramos caracterizar tal processo no âmbito da dialética entre a dominação e a apropriação na produção territorial da cidade.

²⁵ “O governador Garibaldi Filho, vê motivação política na onda de saques que atinge municípios castigados pela seca no Rio Grande do Norte. O governador reconhece o estado de fome que assola as comunidades vítimas da estiagem, mas identifica a infiltração de adversários políticos nos saques.” (GAZETA DO OESTE, 10 de maio de 1998).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da cidade informal no âmbito das contradições do processo de urbanização no Nordeste brasileiro foi abordada sob o prisma do conceito de território, na ótica dialética da relação entre dominação e apropriação. Tal abordagem permitiu o resgate da memória social da dinâmica vivida pelos sujeitos sertanejos, apresentando o processo sob um ponto de vista diferenciado, privilegiando as ações das massas no espaço urbano como forma de pressão e negociação com as elites locais.

Como se sabe, o semiárido tem como característica as secas periódicas e o deslocamento de retirantes, que recorrem às soluções drásticas como ações de saque e ocupação de terrenos, ao passo que as elites locais, associados com a famosa indústria da seca, festejam esses momentos pela oportunidade de força de trabalho barata. Buscando ampliar as discussões no campo da geografia, foram contextualizadas espaço-temporalmente as ações políticas dos sujeitos sertanejos, focalizando as atenções na dinâmica de conflitos e negociações na cidade de Mossoró, bem como as velhas soluções das elites locais voltadas para empregar a população “flagelada” nas obras públicas da cidade.

Por outro lado, como o conceito de território é referenciado teoricamente pelo estudo dos conflitos e relações de poder, compreendemos a necessidade de destacar sua face colonial de dominação no intuito de compreender as marcas do latifúndio nos sertões nordestinos. Nessa perspectiva, apresentamos as trajetórias dos sujeitos sertanejos subalternos esquecidos no processo de colonização. Deixamos claro nosso entendimento de que as desigualdades sociais e territoriais no sertão não estão associadas aos fenômenos físicos, mas à ordem da dominação política, econômica e social.

Ademais, apresentamos uma abordagem sobre o território relacional com o intuito de captar o ponto de vista dos vencidos, destacando a necessidade de averiguar outras dinâmicas da produção territorial que não apenas aquelas captadas pela ótica quantitativa. Desta feita, a busca pelo direito à cidade pelos sujeitos sertanejos é apenas mais um episódio das lutas sociais contra a forma da mercadoria que se materializa na cidade, com a propriedade do solo e as desigualdades extremas na questão da moradia. Isto nos permite indagar quais seriam os caminhos para pensar as possibilidades de um salto qualitativo no que diz respeito a socialização das forças produtivas nas/das cidades.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tania Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRITO, Antonia Aleide. **Modernização industrial e estrutura urbana: o caso de Mossoró-RN**. Coleção O Mossoroense, 1987.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró**. 5ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- DAMIANI, Amélia. **Espaço e Geografia: observações de método**. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. São Paulo: FFLCH, USP, 2008. (Tese de Livre Docência).
- _____. **População e Geografia**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação, ELIAS, Denise, SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes Econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FALCÃO, Marcílio. O espetáculo da miséria: Mossoró e a seca de 1877-79. In: **História social e história cultural de Mossoró**. Mossoró: Vingt-un Rosado, 2009.
- FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS – FECEB-RN: **Documento preparado pela assembleia final do I Encontro de Lideranças comunitárias**. Data: 08 de setembro de 1991, Mossoró – RN.
- FELIPE, José Lacerda. **Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.
- _____. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.
- _____. **A (re) invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa: Grafset, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**; 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, David. O espaço como palavra chave. **Revista GEOgraphia**. V. 14, n. 28, 2012, p. 8 - 39. Original: HARVEY, D. Space as a keyword. In: CASTREE, N. e GREGORY, D. (Orgs.) David



- Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell, 2006. Tradução livre: Letícia Gianella.
Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes.
- JORNAL CONGRESSO EM FOCO, Brasília – DF, 05/04/2011.
- JORNAL GAZETA DO OESTE, Mossoró-RN, 14 /02/ 1992.
- _____, Mossoró-RN, 29/09/1992.
- _____, Mossoró-RN, 12/11/1992.
- _____, Mossoró-RN, 27/03/1993.
- _____, Mossoró-RN, 06/04/1993.
- _____, Mossoró-RN, 23/04/1993.
- _____, Mossoró-RN, 22/04/1994.
- _____, Mossoró-RN, 29/09/1994.
- _____, Mossoró-RN, 25/07/1997.
- _____, Mossoró-RN, 09/05/1998.
- _____, Mossoró-RN, 10/05/1998.
- JORNAL O MOSSOROENSE, Mossoró – RN, 21/04/1979.
- _____, Mossoró-RN, 25/04/1979.
- _____, Mossoró-RN, 05/02/1993.
- _____, Mossoró-RN, 06/06/1997.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio - uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUKACS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. 2ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- MACIEL, Francisco. **A produção de flagelo**: a (re) produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). NATAL: UFRN, 2013. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História).
- MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República velha. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MATOS, O. C. F. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.



PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (35).

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização de Mossoró: dos processos históricos a estrutura urbana atual**. Natal: UFRN, 2006. (Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. **Plano Diretor de organização do espaço urbano**. Mossoró. PMM. 1974.

_____. **Revista da Prefeitura de Mossoró**, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró**. Natal: EDUFRN, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Raimundo Nonato. **Evolução urbanística de Mossoró**. Coleção O Mossoroense 248, Ed. Duque, 1975